

Assembleia
Constituinte

Arce X

Segunda-feira, 1.º de setembro de 1980

FOLHA DE SÃO PAULO Negociação

O País enfrenta hoje sérias dificuldades nos campos econômico e social, ao mesmo tempo em que passa por um delicado processo de abertura política. Em face dessa realidade, a "Folha" realizou uma ampla consulta a personalidades do mundo político, econômico, cultural e artístico, a fim de tornar públicas as suas opiniões a respeito das seguintes questões:

1. Como avalia o ritmo da abertura política? Deveria ser mais lento, mais veloz, ou manter o atual compasso?

2. Há quem diga que o País vive um impasse. Concorde com isso? Em caso afirmativo, qual a natureza e qual a gravidade desse impasse?

3. Há também quem diga que as dificuldades que a Nação atravessa impõem a necessidade de um processo de negociação ampla, que envolva o governo, as oposições e as entidades da sociedade civil. Concorde com isso? Em caso afirmativo, o que deve ser negociado, por quem e quando?

4. Existe, em sua opinião, a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte? Em caso afirmativo, sob que condições? Em que prazo? Convocada por quem?



**"Constituinte
deverá ser
conquistada"**

nossa economia com as dos países capitalistas centrais. A saída da crise, para que não aprofunde contrastes e multiplique frustrações, importará em revisão na forma de crescer e na maneira dos brasileiros dividirem renda, riqueza e poder. A manutenção dos padrões tradicionais adria a hora da verdade. E uma nova forma de crescer, com a mesma base social, exigirá amplas negociações entre todos os segmentos sociais. E os seus termos começarão a ser definidos se todas as demandas e todos os interesses puderem se exprimir."

4. "A Constituinte é um objetivo terminal que dará forma a uma nova correlação de forças. Haverá de ser conquistada, palmo a palmo, através de vitórias e avanços intermediários, através dos quais a sociedade civil acumula poderes para submeter o Estado à sua vontade. As contradições que se colocam entre os interesses dominantes, a maior capacidade de expressão dos conflitos enraizados na sociedade, viabilizarão uma Constituinte na medida em que as forças políticas as explorem como elementos de pressão para reordenação das instituições democráticas. Sua convocação dependerá da capacidade de serem introduzidas mudanças substantivas na correlação de forças. O momento e o agente da convocação dependerão dessa realidade."



**Professor vê
méritos na**

Rafael de Almeida Magalhães, ex-vice-governador do antigo Estado da Guanabara:

1. "A abertura não serve como substituto da redemocratização. É uma nova modalidade para institucionalizar o autoritarismo. O regime quer os benefícios de uma luta política mais aberta sem colocar em jogo o Poder. Quer conciliar maiores garantias para o exercício dos direitos individuais, com severas limitações aos direitos políticos. Precisa manter sua capacidade de definir o conteúdo dos direitos políticos e sociais, o mecanismo regulador da competição político-partidária, as relações de Poder entre as instituições estatais e entre o Estado e a sociedade civil. Não é fácil ao regime conciliar liberalização e conflito político limitado. Aquela coloca demandas que atuam sobre a organização política. Cabe às oposições, a partir do novo marco institucional que o regime lhe oferece, explorar as contradições do projeto, valendo-se da liberalização — que não podem nem devem recusar — para chegar à democracia, quebrando o ritmo imposto pelo regime."

2. "O regime perdeu confiabilidade. Sua base de sustentação social estreitou-se. Sua impotência diante da crise econômica e social ocorreu sistematicamente com suas alianças políticas. O governo autoritário legitimara-se como forma de conter a subversão comunista, restabelecer a ordem e assegurar um governo eficiente e capaz. Ninguém acredita na sua competência ou na sua eficiência. A crise econômica foi germinada no interior do regime. Sua persistência revela sua impotência. E a crise de confiança agrava a própria crise. Ninguém acredita que a base da sociedade brasileira — a propriedade privada e a economia de mercado — esteja ameaçada. O autoritarismo, sem legitimação, está diante de um desafio: escalar na força para recuperar uma autoridade política combatida ou ceder parcela de Poder real à sociedade e reconstruir as instituições democráticas."

3. "A inflação, a dívida externa, a recessão são expressões da crise. A mais grave é a crise de confiança das forças produtivas no governo. As distorções que se acumularam no sistema produtivo, com seus reflexos sociais, parecem ter encontrado um limite superior: o País, que precisa crescer, não sabe como crescer sem agravar a inflação, sem pressionar o balanço ou sem aprofundar a articulação de

abertura

Paulo Renato Souza, presidente da Associação dos Docentes da Unicamp:

1. "A abertura política vem se processando com avanços e retrocessos, sendo o balanço até agora ainda favorável aos primeiros. Isto não quer dizer que seu ritmo seja o desejável. Ao contrário, existe uma clara consciência nacional no sentido de exigir um maior grau de democracia e de participação de todos os setores da sociedade nas grandes decisões nacionais."

2. "A situação econômica que o País enfrenta é de extrema gravidade, podendo, de fato, caracterizar-se como um verdadeiro impasse. Dois são os principais problemas a serem equacionados: a inflação (e recessão) e o endividamento externo. No primeiro caso a única política verdadeiramente eficaz requer a combinação de medidas anti-recessivas e medidas de maior controle e intervenção estatal em aspectos chave do processo inflacionário, especialmente dirigidas a debelar os esquemas especulativos. As medidas anti-recessivas devem contemplar tanto a manutenção e aumento do nível de emprego e do nível de consumo da maioria da população, hoje vivendo em situações de extrema pobreza, como o encaminhamento do problema energético. Faz-se necessário para tanto proceder a uma reforma fiscal que mobilize recursos hoje voltados à especulação, canalizando-os à constituição de fundos de emergência nas áreas antes apontadas. No aspecto externo é imperioso renegociar nossa dívida a curto prazo para garantir alguns anos de "folga" na balança de pagamentos, até que a maturação dos projetos energéticos permitam reduzir os gastos com a importação de petróleo."

3. "O encaminhamento da solução econômica nos moldes mencionados só poderá ser efetuado por um governo que tenha uma base de legitimidade e apoio substancialmente maiores do que ocorre na atualidade. Os segmentos sociais, que nesses 16 anos de regime estiveram à margem das decisões e de grande parte dos benefícios do desenvolvimento, não estão dispostos a engajar-se num tipo de "acordo nacional" como esse, a não ser que tenham garantias de que o passado não se repetirá. A ampliação da democracia, com maior participação social na discussão e definição da estratégia adotada é, portanto, condição indispensável para trilhar o único caminho disponível para encaminhar a solução da crise econômica."

4. "A convocação da Assembleia Constituinte é um dos caminhos para operacionalizar e viabilizar a ampliação da base social de apoio ao governo mencionada no item anterior."